

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO DA MORTALIDADE NA INFÂNCIA NO BRASIL: UMA SÍNTESE EXPLORATÓRIA (2015–2025)

Luciana Araújo Marques¹; Aline Da Silva Miranda De Menezes E Souza²; Sônia Maria De Figueiredo³; Thais Almeida Marques Da Silva⁴.

DOI: 10.47094/2COBRAMUES.2025/RS/4

RESUMO

A Mortalidade na Infância (MI), definida como óbitos de crianças menores de cinco anos por mil nascidos vivos, permanece um relevante indicador da situação sanitária, da equidade no acesso a serviços essenciais e da distribuição desigual de recursos que afetam populações vulneráveis. Embora o Brasil tenha avançado na redução desses óbitos, desde 2009 observa-se um ritmo mais lento de queda e a manutenção de disparidades regionais, permanecendo distante das metas da ONU adaptadas pelo Ministério da Saúde. Este estudo tem como objetivo identificar e sintetizar evidências sobre políticas públicas e estratégias governamentais relacionadas à redução da MI no país. Trata-se de uma revisão exploratória realizada nas bases PubMed, BVS, LILACS e SciELO, abrangendo publicações de 2015 a 2025. A busca identificou 312 estudos na PubMed, 198 na BVS/LILACS e 156 na SciELO, utilizando descritores MeSH e DeCS relacionados à mortalidade infantil (“child mortality”, “infant mortality”), determinantes sociais (“social determinants of health”), políticas de saúde (“public policy”, “health policy”) e o termo “under-five mortality”. Após aplicação dos critérios de inclusão (estudos brasileiros com abordagem epidemiológica e avaliação de políticas) e exclusão (duplicatas, estudos clínicos e artigos sem dados relevantes), 92 artigos foram incluídos na análise. Os estudos destacaram avanços associados à Estratégia Saúde da Família, ampliação da Atenção Primária, qualificação do pré-natal, fortalecimento do acompanhamento materno-infantil, contribuições da Rede Cegonha para organização das redes de cuidado e impactos do Programa Mais Médicos em áreas vulneráveis. Evidenciaram-se também melhorias na vigilância de óbitos, nos comitês de investigação e na expansão de UTIs neonatais. Entretanto, persistem fragilidades, como descontinuidade de políticas após 2016, redução de investimentos, integração intersetorial limitada, desigualdades territoriais e baixa institucionalização de sistemas de monitoramento. As análises apontam ainda lacunas na governança, avaliações pouco sistemáticas e articulação insuficiente das políticas com determinantes sociais ampliados, como insegurança alimentar, moradia precária e vulnerabilidade econômica. Conclui-se que, apesar do arcabouço robusto de políticas materno-infantis, desafios estruturais comprometem sua efetividade. A sustentabilidade institucional, a retomada de investimentos, o fortalecimento da Atenção Primária e a melhoria dos sistemas de monitoramento são essenciais para reduzir iniquidades e avançar no cumprimento das metas de MI.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde pública. Determinantes sociais. Saúde materno-infantil.